ISSN: 2358-8829

RELAÇÃO FAMÍLIA - ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA NA APRENDIZAGEM INFANTIL

Evily Lavine Viana Lima.[1]
Jane Mércia Silva de Sousa[2]
Neuriângela Cabral Oliveira Leal[3]
Vânessa Lobo de Sousa[4]
Vilmar Martins da Silva[5]

INTRODUÇÃO

A educação da criança é um processo que ocorre em diferentes espaços sociais, especialmente na família e na escola. Embora cada instituição possua funções próprias, ambas participam da formação infantil e podem contribuir de maneira complementar para a aprendizagem, a socialização e o desenvolvimento emocional. A família constitui um dos primeiros ambientes de convivência da criança, enquanto a escola amplia suas experiências, organiza o acesso ao conhecimento e promove interações com diferentes pessoas e culturas.

A relação entre família e escola, entretanto, nem sempre acontece de forma contínua e colaborativa. Dificuldades de comunicação, falta de tempo, experiências negativas anteriores e expectativas distintas sobre a educação podem limitar a participação dos responsáveis na vida escolar. Por isso, a parceria não deve ser entendida apenas como o comparecimento às reuniões ou a procura da família quando surgem problemas. Ela exige diálogo, respeito mútuo e ações planejadas que reconheçam as condições e as responsabilidades de cada parte.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a educação é dever da família e do Estado e deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (BRASIL, 1996). Essa compreensão reforça a necessidade de articulação entre os diferentes agentes educativos, sem transferir à família as atribuições pedagógicas da escola nem desconsiderar o papel dos responsáveis no acompanhamento da criança.

[1] Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual, Ma, eveleviana22@gmail.com
[2] Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual -Ma, , janemerciamercia9070@gmail.com
[3] Graduando pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual- Ma, neuriangelalealleal@gmail.com
[4] Graduando pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual- Ma, lobovanessa979@gmail.com
[5] Professor Orientador: Vilmar Martins da Silva, Me, Universidade Estadual Ma, villmartins@hotmail.com

ISSN: 2358-8829

Diante disso, este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da parceria entre família e escola no processo de aprendizagem infantil, destacando possíveis contribuições dessa relação para o desenvolvimento educacional, social e emocional das crianças. A discussão foi organizada a partir de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, considerando publicações e documentos que tratam da participação familiar, da gestão escolar e da educação da infância.

METODOLOGIA

A educação da criança é um processo que ocorre em diferentes espaços sociais, especialmente na família e na escola. Embora cada instituição possua funções próprias, ambas participam da formação infantil e podem contribuir de maneira complementar para a aprendizagem, a socialização e o desenvolvimento emocional. A família constitui um dos primeiros ambientes de convivência da criança, enquanto a escola amplia suas experiências, organiza o acesso ao conhecimento e promove interações com diferentes pessoas e culturas.

A relação entre família e escola, entretanto, nem sempre acontece de forma contínua e colaborativa. Dificuldades de comunicação, falta de tempo, experiências negativas anteriores e expectativas distintas sobre a educação podem limitar a participação dos responsáveis na vida escolar. Por isso, a parceria não deve ser entendida apenas como o comparecimento às reuniões ou a procura da família quando surgem problemas. Ela exige diálogo, respeito mútuo e ações planejadas que reconheçam as condições e as responsabilidades de cada parte.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a educação é dever da família e do Estado e deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (BRASIL, 1996). Essa compreensão reforça a necessidade de articulação entre os diferentes agentes educativos, sem transferir à família as atribuições pedagógicas da escola nem desconsiderar o papel dos responsáveis no acompanhamento da criança.

Diante disso, este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da parceria entre família e escola no processo de aprendizagem infantil, destacando possíveis contribuições dessa relação para o desenvolvimento educacional, social e emocional das crianças. A discussão foi organizada a partir de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, considerando publicações e documentos que tratam da participação familiar, da gestão escolar e da educação da infância.

3 REFERENCIAL TEÓRICO:

3.1 FAMÍLIA E ESCOLA: RESPONSABILIDADES COMPLEMENTARES

A família e a escola são instituições fundamentais no processo de desenvolvimento infantil, mas não exercem funções idênticas. No ambiente familiar, a criança vivencia suas primeiras relações, aprende modos de comunicação, constrói referências afetivas e participa de práticas culturais. Na escola, amplia essas

experiências por meio do contato com conhecimentos sistematizados, regras de convivência, atividades pedagógicas e interações com colegas e professores.

A complementaridade entre essas instituições não significa que uma deva substituir a outra. Cabe à escola planejar e desenvolver o trabalho pedagógico, garantir oportunidades de aprendizagem e acompanhar o percurso escolar. À família compete, dentro de suas possibilidades, oferecer apoio, estabelecer rotinas, demonstrar interesse e manter comunicação com a instituição. Quando as responsabilidades são compreendidas com clareza, torna-se mais viável construir uma relação cooperativa.

Paro (2000) discute a importância da participação da comunidade na gestão democrática da escola e evidencia que a aproximação entre instituição e famílias precisa ultrapassar ações meramente formais. A participação efetiva pressupõe oportunidades reais de diálogo e envolvimento. Dessa forma, convidar os responsáveis a participar não basta: é necessário que a escola organize canais acessíveis de comunicação e considere as experiências das famílias na construção de estratégias educativas.

A legislação educacional brasileira também reconhece a participação da família no processo de educação. A Lei nº 9.394/1996 define princípios e responsabilidades para a educação nacional, estabelecendo a relação entre família, Estado e sociedade no desenvolvimento educacional (BRASIL, 1996). Esse princípio deve ser interpretado como incentivo à cooperação, e não como justificativa para responsabilizar individualmente as famílias por dificuldades que também dependem das condições sociais, institucionais e pedagógicas.

3.2 PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E APRENDIZAGEM INFANTIL

A participação da família pode assumir diferentes formas, de acordo com a realidade de cada contexto. Acompanhar a rotina escolar, conversar com a criança sobre o que aprendeu, observar comunicados, participar de reuniões, compartilhar informações relevantes com os professores e incentivar a frequência são exemplos de ações que podem fortalecer o vínculo com a escola. Essas práticas não exigem que os responsáveis dominem os conteúdos escolares; exigem, sobretudo, interesse, disponibilidade possível e comunicação.

Polonia e Dessen (2005) discutem as relações entre família e escola e destacam a relevância de compreender como os dois contextos se influenciam no desenvolvimento humano. A articulação entre eles pode favorecer a continuidade do acompanhamento da criança, permitindo que responsáveis e profissionais compartilhem percepções sobre suas necessidades, seus interesses e seus progressos. Esse intercâmbio pode ajudar a identificar dificuldades e a planejar intervenções mais adequadas.

É importante evitar uma visão limitada de participação, como se ela dependesse exclusivamente da presença física dos responsáveis em eventos escolares. Jornadas de trabalho extensas, dificuldades de transporte, responsabilidades de cuidado e acesso limitado à tecnologia podem interferir na participação. Assim, a escola precisa oferecer alternativas, como horários variados, comunicação por canais acessíveis e reuniões com objetivos claros, sem tratar a ausência como sinônimo automático de desinteresse.

ISSN: 2358-8829

O acompanhamento familiar também pode contribuir para que a criança reconheça a importância atribuída à sua educação. Quando os adultos demonstram interesse por suas experiências e valorizam seus esforços, podem fortalecer a confiança e a disposição para aprender. Contudo, esses efeitos não devem ser apresentados como garantidos ou iguais para todas as crianças, pois o desenvolvimento resulta da interação entre múltiplos fatores individuais, familiares, escolares e sociais.

3.3 DIÁLOGO, ACOLHIMENTO E COMUNICAÇÃO

Uma parceria consistente depende de comunicação de mão dupla. A escola precisa compartilhar informações sobre aprendizagem, convivência e desenvolvimento, mas também deve escutar o que a família conhece sobre a criança. Os responsáveis, por sua vez, precisam encontrar espaço para apresentar dúvidas, observações e dificuldades sem receio de julgamentos. O diálogo respeitoso permite que as decisões sejam construídas com maior compreensão das necessidades envolvidas.

A comunicação não deve ocorrer somente quando há problemas de comportamento ou baixo rendimento. Se a família é procurada apenas para receber reclamações, pode associar o contato com a escola a experiências negativas e afastar-se. Informar conquistas, reconhecer progressos e compartilhar propostas de apoio são maneiras de construir uma relação mais equilibrada. O acolhimento também exige linguagem clara, evitando termos técnicos sem explicação e considerando diferentes níveis de escolaridade.

A escola deve reconhecer que as famílias possuem configurações, valores, recursos e experiências diversas. Não existe um único modelo familiar que represente todas as crianças. Por isso, a instituição precisa evitar pressupostos sobre quem deve comparecer às reuniões ou sobre a disponibilidade dos responsáveis. Uma postura inclusiva considera a diversidade e busca soluções de participação que respeitem as condições concretas de cada comunidade.

A parceria também requer cuidado com a privacidade e a dignidade da criança. Informações sobre dificuldades de aprendizagem, situações familiares ou necessidades específicas devem ser compartilhadas com responsabilidade e apenas com as pessoas envolvidas no acompanhamento. O diálogo deve promover cooperação, não exposição, culpabilização ou competição entre família e escola.

3.4 ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

Para que a relação entre família e escola se torne efetiva, é importante que a instituição desenvolva ações planejadas e permanentes, em vez de depender apenas de reuniões pontuais. Uma primeira estratégia consiste em estabelecer canais de comunicação claros, com linguagem acessível e informações objetivas sobre a rotina, as aprendizagens e os avanços das crianças. Bilhetes, agenda escolar, conversas individuais e meios digitais podem ser utilizados de acordo com os recursos disponíveis e com as condições de acesso de cada família. Outra possibilidade é organizar encontros

ISSN: 2358-8829

com objetivos definidos, nos quais os responsáveis possam compreender as propostas pedagógicas e compartilhar suas observações. Esses momentos devem favorecer a escuta, evitando que sejam utilizados somente para apontar dificuldades. Quando a escola reconhece conquistas e demonstra interesse pelo que a família tem a dizer, amplia as possibilidades de confiança e cooperação. A participação também pode ocorrer por meio de atividades que aproximem os conhecimentos escolares das experiências cotidianas. Leituras compartilhadas, relatos de histórias familiares, brincadeiras, projetos culturais e conversas sobre profissões e tradições da comunidade são exemplos de ações que valorizam diferentes saberes. Essas propostas precisam respeitar a diversidade das famílias e não devem gerar custos ou exigir materiais que nem todos possam oferecer. É fundamental, ainda, que a escola ofereça alternativas de participação. A realização de reuniões em horários variados, o agendamento de conversas quando necessário e o envio de informações por mais de um canal podem reduzir barreiras. A flexibilidade não significa abrir mão dos objetivos pedagógicos, mas reconhecer que as famílias possuem rotinas e condições distintas. Dessa maneira, a instituição amplia as oportunidades de envolvimento sem transformar a presença física em único indicador de interesse.

3.5 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA RELAÇÃO COLABORATIVA

Apesar de sua importância, a construção de uma parceria entre família e escola pode enfrentar obstáculos. A falta de tempo, as jornadas de trabalho, as dificuldades de transporte, as experiências anteriores de conflito e a comunicação pouco acolhedora podem dificultar a aproximação. Também podem surgir expectativas diferentes sobre disciplina, autonomia, aprendizagem e responsabilidades. Esses desafios precisam ser analisados com diálogo, sem atribuir automaticamente a uma das partes a culpa pelos problemas encontrados. A gestão escolar exerce papel importante na criação de condições para a participação. Cabe à equipe gestora e aos profissionais planejar momentos de diálogo, definir procedimentos para compartilhar informações e garantir que os responsáveis sejam tratados com respeito. A participação familiar não deve ser entendida como transferência do trabalho docente para os responsáveis, assim como a escola não deve desconsiderar o conhecimento que a família possui sobre a história, os interesses e as necessidades da criança. A parceria exige também cuidado com a diversidade social e cultural. As famílias podem apresentar diferentes configurações, níveis de escolaridade, crenças, formas de organização e recursos materiais. Uma escola inclusiva evita comparações e julgamentos, acolhe diferentes responsáveis e procura compreender as condições concretas de cada comunidade. O respeito às diferenças contribui para que a relação seja baseada na confiança e para que as ações propostas sejam possíveis e significativas. Nesse sentido, a avaliação das estratégias de aproximação deve fazer parte do trabalho escolar. A equipe pode observar se as informações chegam às famílias, se os encontros permitem participação real e se os canais utilizados atendem às necessidades da comunidade. A partir dessas observações, é possível ajustar horários, linguagem e formas de contato. A parceria, portanto, não é uma ação concluída de uma vez por todas, mas um processo que precisa ser revisto e fortalecido continuamente. Assim, a colaboração entre família e escola deve ser

ISSN: 2358-8829

compreendida como responsabilidade compartilhada, construída a partir de limites e atribuições bem definidos. Quando há escuta, acolhimento e compromisso com a aprendizagem, torna-se mais viável identificar necessidades, valorizar progressos e planejar apoios. Embora não elimine todas as dificuldades educacionais, essa relação pode contribuir para um ambiente mais coerente e favorável ao desenvolvimento integral da criança.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica desenvolvida para este artigo permite organizar a discussão em quatro pontos principais. O primeiro é a complementaridade entre família e escola: a aprendizagem infantil é favorecida quando os contextos educativos mantêm comunicação e reconhecem suas responsabilidades próprias. Essa relação não elimina diferenças entre as instituições, mas cria condições para que o acompanhamento da criança seja mais coerente.

O segundo ponto refere-se à diversidade das formas de participação familiar. A colaboração não se restringe a reuniões presenciais ou à ajuda direta nas tarefas. Conversas cotidianas, incentivo à frequência, valorização das descobertas e comunicação com os professores também podem expressar acompanhamento. Esse entendimento é relevante para evitar que famílias com limitações de tempo ou recursos sejam consideradas desinteressadas sem que suas circunstâncias sejam compreendidas.

O terceiro ponto é a responsabilidade institucional da escola na construção da parceria. A participação precisa ser estimulada por ações acessíveis e contínuas. Reuniões com pauta objetiva, escuta ativa, canais de comunicação diversos e compartilhamento de avanços da criança podem contribuir para aproximar os responsáveis. A escola também deve estar aberta a rever estratégias quando percebe que os meios utilizados não alcançam parte das famílias.

O quarto ponto envolve o desenvolvimento integral. A relação entre família e escola pode apoiar não apenas a aprendizagem de conteúdos, mas também a socialização, a autonomia, a construção de valores e o bem-estar emocional. Quando os adultos compartilham informações e atuam de modo cooperativo, podem compreender melhor as necessidades da criança e responder a elas de forma mais consistente. Ainda assim, a parceria deve ser compreendida como um fator de apoio, e não como a única explicação para o desempenho escolar.

Esses pontos dialogam com a discussão de Paro (2000) sobre participação e gestão democrática e com a análise de Polonia e Dessen (2005) acerca das relações entre os contextos familiar e escolar. Em conjunto, as perspectivas reforçam que a aproximação precisa ser construída, e não apenas exigida. Não basta atribuir às famílias a obrigação de participar: cabe à escola criar condições para que a colaboração seja possível, respeitosa e significativa.

Como limite, destaca-se que este artigo é de natureza bibliográfica e não apresenta levantamento de dados em uma escola específica. Portanto, as discussões não

permitem afirmar que todas as estratégias mencionadas produzem os mesmos efeitos em todos os contextos. Estudos futuros podem investigar experiências concretas de participação familiar, ouvir responsáveis e professores e analisar quais formas de comunicação são mais acessíveis e úteis em diferentes comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi refletir sobre a importância da parceria entre família e escola no processo de aprendizagem infantil. A discussão bibliográfica indica que a colaboração entre essas instituições pode contribuir para o acompanhamento da criança, para a comunicação sobre suas necessidades e para a construção de condições mais favoráveis ao desenvolvimento educacional, social e emocional.

Conclui-se que a parceria precisa ser baseada no diálogo, no respeito às diferenças e no reconhecimento das responsabilidades de cada instituição. A família pode acompanhar e valorizar a vida escolar, enquanto a escola deve planejar o ensino, acolher os responsáveis e criar oportunidades reais de participação. Essa relação não deve se limitar a situações de dificuldade, mas fazer parte da rotina educativa.

Também é necessário reconhecer que a participação assume formas diversas e é influenciada pelas condições de vida das famílias. Por isso, estratégias flexíveis e inclusivas são essenciais para evitar julgamentos e ampliar o acesso à comunicação. A escola deve procurar compreender os obstáculos existentes e construir alternativas em conjunto com a comunidade.

Como perspectiva para novos estudos, sugere-se investigar práticas de aproximação entre família e escola em instituições de Educação Infantil, considerando a percepção de professores, gestores e responsáveis. Pesquisas desse tipo podem contribuir para identificar estratégias adequadas a diferentes realidades. Assim, a parceria entre família e escola deve ser entendida como um processo contínuo de cooperação em favor da aprendizagem e do desenvolvimento integral da criança.

Palavras-chave: Família-escola; Aprendizagem infantil; Educação; Desenvolvimento integral.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, ainda, às famílias e aos educadores que, por meio de suas experiências cotidianas, inspiram a reflexão sobre a necessidade de uma relação colaborativa e acolhedora. A aproximação entre família e escola exige compromisso coletivo, escuta sensível e reconhecimento das diferentes realidades sociais. Por isso,

esperamos que este trabalho contribua para valorizar o diálogo e incentivar ações que fortaleçam essa parceria em benefício da aprendizagem infantil.

Por fim, agradecemos a todos que apoiaram nossa caminhada acadêmica, oferecendo incentivo, compreensão e motivação para continuar aprendendo. Cada contribuição, mesmo que simples, teve importância para a realização deste trabalho. Que as reflexões aqui apresentadas possam colaborar com novas discussões e práticas educativas comprometidas com o desenvolvimento, o bem-estar e as oportunidades de aprendizagem de todas as crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

PARO, Vitor Henrique. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.